

Dossiê Temático

Experiências de campo e localizações etnográficas: a antropologia de brasileiras no estrangeiro

Marina Veiga França (org.)¹
Universidade Federal de Mato Grosso

Rogério B. W. Pires (org.)²
Universidade Federal de Minas Gerais

FRANÇA, Marina V; PIRES, Rogério B. W. **Experiências de campo e localizações etnográficas: a antropologia de brasileiras no estrangeiro – apresentação ao dossiê.** *Aceno – Revista de Antropologia do Centro-Oeste*, 7 (13): 11-34, janeiro a abril de 2020. ISSN: 2358-5587

¹ Professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da UFMT. Possui mestrado em Antropologia, na especialidade "Gênero, política e sexualidades" (2006) e doutorado em Antropologia Social (2011) pela École des Hautes Études en Sciences Sociales (Paris). Coursou Psicologia na Universidade Federal de Minas Gerais (2005).

² Professor do departamento de Antropologia e Arqueologia da UFMG. Mestre e doutor em Antropologia Social pelo Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Apresentação

Para pessoas formadas dentro de uma tradição disciplinar local que privilegia – por variados motivos – pesquisas realizadas dentro das fronteiras nacionais, o desejo e a oportunidade de realizar trabalho de campo em outro país apresentam alguns desafios³. Para começar, surgem questões sobre como começar a mergulhar na bibliografia regional e com quem dialogar, dada a escassez de especialistas em nossas universidades. Pesquisar um outro país, para parte de nós, ainda é um pouco como aventurar-se num terreno misterioso, no qual não sabemos se seremos bem-vindas⁴. Parece um pouco (re) inventar o fazer antropológico. Isso torna particularmente agudas as lacunas textuais acerca de questões práticas do nosso *métier*. No que segue, começamos argumentando pela necessidade – para a qual já se chama atenção há pelo menos 45 anos, como veremos – de suprir tais lacunas. Depois, realizamos um breve sobrevoo sobre as peculiaridades de pesquisar em um país estrangeiro, tendo formação no Brasil. Finalmente, apresentamos os textos que compõem o atual dossiê, para então explorar como eles nos fornecem alguns indícios de respostas para inquietações que expusemos anteriormente.

Experiências de campo e localizações etnográficas

Passadas mais de três décadas da explosão do pós-modernismo na antropologia (e os pós-modernos não foram os primeiros a atentar para a questão), hoje parece bem sedimentada na disciplina a ideia de que todo conhecimento é localizado e que, portanto, toda etnografia deve abrir à leitora janelas para suas condições de realização. Se não há “ponto de vista de Deus”; se cada uma observa os fenômenos empíricos a partir de sua particular perspectiva; e se dialogamos com interlocutoras acadêmicas e “nativas” a partir de seus particulares lugares de fala; então *explicitar* o processo de construção do conhecimento produzido entre o campo e a escrita torna-se uma regra quase incontornável na disciplina.

Muita tinta correu acerca de questões epistemológicas, políticas e poéticas inerentes ao fazer antropológico. Em particular, o trabalho de campo, a observação participante e a etnografia – *locus*, método e gênero de escrita distintivos da antropologia – têm sido alvo de intensas reflexões ao menos desde os anos 1970. A disciplina apresenta um grau notável de autocrítica que parece bem absorvido pelo grosso de seus praticantes. Alunas de graduação muito rapidamente aprendem a enxergar os vieses e limitações das monografias e teorias clássicas; a apontar as continuidades entre a antropologia e as empreitadas coloniais; a dar atenção para questões de raça e gênero inerentes ao exercício científico. Isso, acreditamos, é bom. É fundamental estarmos atentas, desde o início, para o “privilegio da perspectiva parcial” (para falar como HARAWAY, 1995 [1988]).

³ Agradecemos ao comitê editorial da Aceno e especialmente ao editor Marcos Aurélio da Silva pela oportunidade e pelo apoio; a Raquel Freire de Andrade pela revisão do português; e a todas as autoras e autor pelo prazer da leitura dos textos, pelo trabalho em conjunto e pela leitura e sugestões referentes a esta introdução.

⁴ Evitando adotar o masculino como genérico, mas também construções que marcam simultaneamente o gênero masculino e feminino e, no entanto, prejudicam a leitura de deficientes visuais, utilizamos o feminino como forma não-marcada no conjunto do texto – até porque 50% das editoras e quase todas as autoras deste dossiê são mulheres.

Porém, a reflexividade da disciplina pode ser sobrepujante para iniciantes. Nas cadeiras de método ofertadas nos cursos de graduação no Brasil, a maioria dos textos indicados levantam discussões fundamentais, mas abstratas, sobre geopolítica e cronopolítica (FABIAN, 2013 [1983]) do saber antropológico, antes de oferecer indicações sobre dúvidas muito básicas que todas temos quando começamos a nos preparar para ir a campo. Gravo ou não minhas conversas? Quando posso sacar minha máquina fotográfica (ou câmera do celular)? Como decido onde estudar, e em qual tema focar? Com quem converso para que permitam minha entrada na comunidade? Levo presentes? O campo vai ser caro? Vou ter que pagar por estadia ou alimentação? Como lido com alianças e conflitos internos ao grupo ou população estudada? Qual o impacto de minha cor, raça, gênero, nacionalidade, idade e classe social nas relações em campo?

A indolente – mesmo que não errônea – resposta que insiste que “cada caso é um caso” reproduz graves lacunas da discussão textual sobre questões práticas da realização do trabalho de campo. Como resultado, parece que formamos alunas mais aptas para discutir os paradoxos da representação e da representatividade (SPIVAK, 2010 [1988]) do que preparadas para enfrentar os desafios prosaicos, mas nada banais, do cotidiano da pesquisa empírica. Da solidão a riscos de violência (KLOß, 2017; FLEISCHER e BONETTI, 2010) e ao tabu das práticas sexuais entre pesquisadores e pesquisados (KULICK e WILSON, 2005 [1995]); das dificuldades de “estudar para cima” (NADER, 1972) a receios de cair no estereótipo do cientista social paternalista; há uma série de problemas comuns para todas aquelas que partem para “o campo” que merecem um espaço de discussão para além das chamadas “conversas de corredor” (ou de boteco).

Hoje, decerto, o silêncio sobre questões práticas não é completo⁵. É digno de nota que periódicos como *Ethnography* e *Ponto Urbe* hoje tenham seções dedicadas a relatos e discussões sobre trabalho de campo (“Ethnography’s Kitchen” e “Etnográficas”, respectivamente). Mas não deixa de ser irônico que talvez o mais clássico texto sobre as questões práticas do fazer antropológico – as reminiscências de Evans-Pritchard (2005 [1973]), quase onipresentes nas bibliografias de métodos qualitativos – parta de uma reclamação de que essas questões práticas sejam deixadas para que etnógrafas iniciantes aprendam sozinhas, “na marra”, ao chegarem em seus locais de pesquisa. Escrevendo contemporaneamente a Evans-Pritchard, em outro clássico utilizado para introduzir a antropologia e seu método, DaMatta (1978) chama atenção para a diminuição, nos já então velhos manuais de etnografia, de aspectos práticos e existenciais da coleta de dados a meras “anedotas”, ou a um traço “romântico” do *métier*, que não precisaria ser escrito. O autor chama atenção para o foco no ensino da fase “teórica” em detrimento da “prática” e da “pessoal ou existencial” do fazer antropológico.⁶ Parece

⁵ É um hábito infelizmente comum partir da hipótese da inexistência ou insuficiência de uma dada discussão sem ter, porém, que apresentar provas através de uma pesquisa bibliográfica. Aqui passamos por muitos fatores relacionados, mas distintos, à prática disciplinar, que exigiriam, cada um, seu próprio levantamento bibliográfico. Assim, não temos como afirmar que “não existe” ou mesmo “existe pouca” discussão sobre um ou outro ponto elencado. A afirmação que podemos fazer é que essas discussões não são canônicas no ensino de metodologia antropológica no Brasil, não aparecem de maneira recorrente nas ementas das disciplinas de métodos disponíveis nos *sites* das universidades.

Ademais, a sensação subjetiva dessas ausências é compartilhada. Ver, por exemplo, as reminiscências de Bonetti e Fleischer (2007: 16): “Eu me lembro que uma graduanda em Ciências Sociais nos escreveu assim: ‘Realmente esse ‘silêncio’ sobre o campo faz com que todos os trabalhos pareçam ser feitos na total tranquilidade, onde as coisas ‘brotam’ naturalmente e não há espaço para dúvidas e angústias’”. E mais à frente: “Lembro dos ensinamentos de um professor de graduação que dizia que não há como ensinar a fazer campo; a gente aprende fazendo. Na época, eu fiquei muito perturbada com essa ideia. Para uma neófita, recém ingressa na Antropologia, aquele conselho parecia tirar todo meu chão” (idem :20).

⁶ Entendemos, porém, que “teórica”, “prática” e “pessoal ou existencial” são melhor descritos como três *aspectos* e não *fases* do trabalho antropológico. A divisão em etapas proposta por Da Matta é um artifício que busca reforçar, através da aproximação à sintaxe ritual de Van Gennep, o clichê do trabalho de campo como rito de passagem. Preocupações teóricas, práticas e existenciais sempre ocupam quem faz pesquisa, seja na fase de preparação, coleta de dados, sistematização,

que continuamos revivendo este mesmo problema, mesmo com as mudanças nas formas e conteúdos das etnografias nas últimas décadas.

Lacunas na discussão refletem-se na maneira superficial com que a prática etnográfica amiúde aparece nas dissertações e teses, inseridas muitas vezes “para constar”, pouco conectadas às problemáticas centrais dos trabalhos, o que pode resultar na reprodução de problemas clássicos. Há um risco envolvido numa recorrente leitura simplista da crítica pós-moderna: muitas vezes se constrói um espantalho do etnógrafo modernista-malinowskiano que não se localiza, de maneira nenhuma, no campo, não revela nada sobre suas condições de pesquisa. E crê-se, então, que basta dizer quem sou e como fui parar em meu local de estudo para resolver o problema. Não é bem assim: há, por exemplo, toda uma construção da empreitada antropológica heróica frente aos sofrimentos, das situações de campo. Poderíamos citar Malinowski (1976 [1922]) e seu “Imagine-se o leitor sozinho...”; a “nuerosé” de Evans-Pritchard (2002 [1940]); e as reclamações de Lévi-Strauss em *Tristes Trópicos* (1996 [1955]). É o tropo (androcêntrico e eurocêntrico, aliás) do antropólogo aventureiro, cuja superação das dificuldades resulta em credibilidade acadêmica (KLOß, 2017). Exemplos não faltam. O problema – já notava Crapanzano (1986) em sua leitura de Geertz (1989 [1973]) – é que tal construção permite um subsequente apagamento dessa figura: o pesquisador e suas dificuldades aparecem, sim, mas com um toque de “magia do etnógrafo”. Depois do “rito de passagem”, ele logo some de cena e passa a ser capaz de falar de uma perspectiva neutra. Quando se perde a noção da complexidade retórica de operações deste tipo, corre-se o risco de repetir as limitações da forma clássica: apresentar sua localização etnográfica na altura apropriada do texto (na introdução) e depois não fazer com que tal localização tenha efeitos perceptíveis sobre o núcleo da narrativa⁷.

Ademais, no automatismo da localização etnográfica “para constar”, muitas vezes se elege um punhado de fatores como importantes de serem expostos, em detrimento de outros talvez tão relevantes quanto. Quase todo mundo, hoje, explica na introdução de sua tese como veio a escolher e recortar seu objeto de pesquisa, como estabeleceu seus contatos iniciais e quem foram as informantes privilegiadas. Aprofundar-se minimamente em questões de raça e gênero torna-se cada vez mais incontornável. Tais pontos não deixam de ser cruciais, mas há mais janelas a abrir. Expor as condições de realização de uma etnografia pode significar também expor, digamos, as condições de financiamento⁸, de acesso à bibliografia especializada, de estabelecimento de redes com pesquisadores, de engajamento em linhas de pesquisa e em projetos preexistentes. Não estamos propondo que todas essas questões que elencamos devam ser tratadas em todas as etnografias. Nem que elas esgotam temas prático-metodológicos que merecem tratamento etnográfico. Seria impossível encaixar tudo isso num texto sem torná-lo insuportavelmente detalhado ou insuportavelmente autocentrado. Nosso argumento é de que é possível ampliar o leque de fatores, tendo sempre como critério

escrita ou apresentação pública de resultados. Ver nota 15, *infra*.

⁷ Ainda pior - algo recorrente em monografias de graduação - é gastar longas páginas contando sobre os primórdios de seu interesse no tema (“desde que eu era criança, sempre me interessei por...”) e dos problemas enfrentados para chegar no campo, mudanças de tema de pesquisa... E depois não demonstrar quais os *efeitos concretos* desses antecedentes no restante do texto.

⁸ Não nos referimos aqui a análises de distribuições de recurso entre programas de pós-graduação (sobre isso, ver SEYFERTH, 2004) e sim aos efeitos concretos que mais ou menos dinheiro disponível causam no campo. Num extremo, quem consegue uma bolsa Wenner-Gren consegue pagar salários fixos a assistentes de campo ou comprar um barco para se deslocar entre múltiplas localidades; no outro, quem não tem bolsa nenhuma pode acabar tendo que manter um emprego e, logo, optar por fazer pesquisa em um local próximo à sua residência, restringindo-se apenas aos fins de semana. Dados diferentes emergem daí, não necessariamente melhores ou piores. O importante é romper com a ilusão de que a pesquisa tem lugar num espaço-tempo apartado da vida cotidiana da cientista, ilusão que restringe o imaginário da pesquisa a um ideal alcançável apenas àquelas que têm privilégios financeiros (e outros).

de seleção do que deve ou não ir para a versão publicada *qual efeito sobre o produto textual* deste ou daquele fator. Não basta, portanto, apenas mencionar condicionantes da investigação, é preciso levá-las a sério. Nos casos de pesquisas realizadas no estrangeiro, talvez algumas destas questões sejam particularmente importantes.

Compreendemos que as questões epistemológicas, políticas e poéticas que motivaram as autocríticas da antropologia nas últimas décadas nunca estão desconectadas das dúvidas mais pragmáticas que acometem etnógrafas em formação. Compreendemos também que tais questões têm sido renovadas pela aproximação da antropologia (e da academia como um todo) a novas ondas de ativismos políticos que levantam a importância do *lugar de fala*, do *protagonismo* e da *vivência* enquanto fundamentais na construção do conhecimento sobre si e sobre o outro. É por isso que estamos propondo aqui uma coleção de textos que detalham *experiências de campo*, no sentido mais imediato. Relatos de situações, dúvidas, desafios enfrentados no fazer antropológico.

As pesquisas empíricas que as editoras deste dossiê realizaram para seus respectivos doutorados têm pouco em comum. Rogério, engajado num projeto mais amplo de pesquisas na região do Caribe e das Guianas do Laboratório de Antropologia e História coordenado pela professora Olívia Maria Gomes da Cunha, fez pesquisa entre os Saamaka do Suriname seguindo moldes clássicos: 14 meses intermitentes numa aldeia *Businenge* na Amazônia, aprendendo uma nova língua, participando de rituais, trabalhando na roça (PIRES, 2015). Marina fez o doutorado na *École des Hautes Études* (Paris) e campos urbanos no Brasil e na França, alternando períodos em cada um deles entre os anos de 2006 e 2009: uma pesquisa mais breve, relatada no dossiê, com prostitutas brasileiras em Paris; e uma etnografia na zona boêmia de Belo Horizonte, local que já estudava desde o final da graduação (FRANÇA, 2016). O ponto em comum é que ambas realizaram suas pesquisas fora do país. Parece pouco, mas, como o resultado do dossiê nos demonstra, não é. A sensação de relativo pioneirismo (real ou imaginado) que pesa sobre pesquisadoras brasileiras que resolvem fazer campo fora do Brasil torna particularmente evidente as vicissitudes práticas das quais estamos falando e o peso disso nos resultados das etnografias. Mesmo ao escolher uma região etnográfica tão fundante para a disciplina quanto a África, torna-se necessário inventar uma práxis, quando não fazemos parte das grandes escolas da disciplina. Afinal, como vimos, há muitas minúcias que as etnografias seguem escondendo, e que poderiam ser resolvidas com conversas de corredor. Mas e quando a esmagadora maioria das colegas que encontramos nos corredores fazem pesquisa dentro do Brasil? A quem recorrer?

Veio daí a ideia de criar esta coleção de artigos tratando de questões práticas de campo – problemas e dilemas que passam por gênero, raça, idade, dificuldades de comunicação, modos de inserção... Enfim, os desafios éticos, metodológicos e pessoais que todas enfrentamos, mas tantas vezes deixamos de lado em nossas publicações.

A antropologia de brasileiras no exterior

Nosso problema, decerto, é bastante brasileiro.⁹ Antropólogas europeias e norte-americanas, com muita frequência, fazem pesquisa no estrangeiro. Sua elaboração da própria ideia de campo inclui o deslocamento entre fronteiras nacionais, de preferência para (ex-) colônias ou o seu equivalente no sul global. Lá, a antropologia *at home* é um problema a ser enfrentado, necessitando alguma reinvenção do fazer antropológico (STRATHERN, 1985). Aqui é diferente: a norma, como se sabe, é fazer antropologia dentro do país. Nosso universo acadêmico é (ou ao menos, era) bastante nacio-centrado, como bem colocou Neiburg (2019: 13). Afinal, estamos inseridas, mesmo que de forma crítica, resistente, num processo de construção de nação; um processo racializado, de expansão de fronteiras agrícolas, um processo civilizatório que avança sobre diversas populações com sua própria dinâmica centro-periferias e suas formas de colonialismo interno (cf., entre outros, CARDOSO DE OLIVEIRA, 2000 [1993]; SIGAUD, NEIBURG e L'ESTOILE 2005 [2002]).

No dossiê, limitamo-nos a experiências de antropólogas brasileiras (com ao menos parte de sua formação e/ou carreira no país) que cruzaram fronteiras nacionais a fim de realizar pesquisas etnográficas¹⁰. Esta história, decerto, não é recente. Mariza Corrêa, em “Traficantes do excêntrico” (1988), cita a importância de estrangeiros na criação de tradições antropológicas de diversos países (Boas nos EUA, Nimuendaju no Brasil, Malinowski na Inglaterra), e ressalta a grande participação de estrangeiros na consolidação da antropologia brasileira. A antropologia no/do Brasil sempre foi marcada por deslocamentos internacionais, no âmbito da pesquisa e do ensino. Tal presença passa, nos primórdios, pelo próprio Curt Nimuendaju; por Dina e Claude Lévi-Strauss e Roger Bastide na USP; por Charles Wagley e Herbert Baldus na Escola Livre de Sociologia e Política; por projetos como o Bahia-Columbia, o Harvard-Brasil e o projeto UNESCO, além de uma série de pesquisadoras vindas de outros países que realizaram trabalho de campo no Brasil.

À medida que o Brasil consolidou sua antropologia, mais investigadoras - dos “grandes centros” ou não - passaram períodos consideráveis pesquisando e ensinando aqui, e outras tantas construíram suas carreiras em instituições de ensino superior brasileiras. É fácil pensar em 20 ou mais norte-americanas, europeias, africanas e latino-americanas, entre recém-doutoras e recém-aposentadas, com atuação relevante enquanto pesquisadoras e docentes em muitas regiões do país. Todas as nossas tentativas de fazer listas, porém, esbarram em limitações. Melhor não citar nomes, portanto¹¹.

Se as possibilidades de campo no Brasil são ricas e atraíram desde cedo pesquisadoras estrangeiras (especialmente para questões ameríndias e afro-brasileiras), não demorou para que pesquisadoras brasileiras começassem a circular internacionalmente, indo estudar fora, e, em menor medida, fazer trabalho de campo, comparativo ou não, em outros países. Basta lembrar que uma das formas

⁹ Ainda que ele certamente tenha paralelos em países como México, Argentina e Índia, onde se faz uma antropologia do tipo “construção de nação” mais do que uma antropologia do tipo “construção de império”, para usar os termos de Stocking (1982).

¹⁰ A chamada era mais ampla, aberta para textos de pesquisadoras estrangeiras fazendo campo no Brasil, e para pesquisas documentais sobre pesquisas etnográficas feitas por terceiras que tenham igualmente cruzado fronteiras nacionais. Não recebemos textos em nenhuma dessas categorias.

¹¹ Temos plena consciência de que, apesar de nossos esforços no sentido contrário, ao falar sobre história da antropologia do/no Brasil, estamos limitadas por uma perspectiva *sudestecêntrica*, informada por um cânone meta-antropológico que, sobretudo a partir da década de 1980, tem como efeito invisibilizar a produção feita no Norte, Nordeste e Centro-Oeste (excetuando-se a UnB). Sobre isso, ver Reesink e Campos, 2014.

mais comuns de se narrar a emergência da antropologia moderna no Brasil é começar pela importação do culturalismo boasiano por Gilberto Freyre quando este volta de Columbia. Algumas parcerias de ensino e pesquisa entre brasileiras e estrangeiras levaram estudantes e professoras do Brasil a passarem períodos em universidades estrangeiras. Eduardo Galvão (1955), Oracy Nogueira (1985 [1954]) e Roberto Da Matta (1976) foram importantes pioneiros; seus estudos – respectivamente acerca da religiosidade amazônica, sobre preconceito racial no Brasil e nos EUA urbanos, e sobre a estrutura social dos Apinayé do Brasil Central –, bem como de boa parte daquelas que os seguiram, focavam fenômenos circunscritos pelas fronteiras nacionais, ou em perspectivas comparativas entre a realidade brasileira e outros contextos. Uma das pesquisas pioneiras com o campo inteiramente fora do Brasil foi a tese de Ruy Coelho (2002 [1955]) entre os Garifuna (Black Carib) de Belize. Essa pesquisa foi orientada por Melville Herskovits, cuja relevância para a antropologia brasileira em meados no século passado não pode ser subestimada (PIRES e CASTRO, no prelo).

Enquanto a parceria científica brasileira com a Europa predominou nas décadas de 1930 e 1940, após 1950, no pós-guerra, o intercâmbio com os EUA em todas as áreas de saberes se intensificou. Especialmente na década de 1970, houve um aumento do número de pesquisadoras realizando doutorado ou pós-doutorado em universidades norte-americanas (MUÑOZ e GARCIA, 2004-2005). Já nas ciências humanas e sociais, especialmente na antropologia e na sociologia, manteve-se um predomínio do número de brasileiras a se dirigir à França durante as últimas décadas do século XX. Contatos institucionais e os caminhos já trilhados por orientadores e conhecidos contribuíram para a parceria franco-brasileira. Em relação mais especificamente ao local de desenvolvimento da pesquisa, de acordo com Peter Fry (2004: 227), entre os anos 1980 e o início da década de 2000, cerca de 40 antropólogas brasileiras teriam feito pesquisas fora do país. É um aumento em relação às gerações anteriores, mas ainda quase irrisório. Na década seguinte, o salto é notável: no período de 2004 a 2012, foram feitas 264 pesquisas no exterior, número que corresponde a aproximadamente um quarto das pesquisas feitas por antropólogas vinculadas a universidades brasileiras (RIBEIRO, 2018: 118-119)¹².

O perfil do conjunto de estudantes brasileiras que se dirigem ao hemisfério Norte passou por variações. Após 1968, com a reforma universitária – que institucionaliza os cursos de pós-graduação no Brasil e expande as bolsas para os estudos no exterior, concedidas por órgãos como Capes, CNPq e FAPESP – e com alguns acordos internacionais, a mobilidade se intensifica (CANÊDO e GARCIA, 2004-2005). Nos anos 1980, grande parte dos doutorandos têm um cargo de professor no Brasil e busca, no estudo fora, se dedicar à pesquisa, consolidar suas carreiras e aperfeiçoar-se de maneira a contribuir para o conhecimento no país (BRITO, 2004-2005). Nos anos 1990, as bolsas-sanduíche são criadas e, apesar de não substituírem as bolsas de doutorado pleno, começam a alterar a circulação internacional de brasileiras, tornando mais comum a ida temporária ao exterior de pessoas inscritas em universidades daqui. A partir dos anos 2000, o perfil de quem se dirige ao exterior para realizar um doutorado se torna predominantemente o de pesquisadoras em início de carreira e com pretensão de seguir na universidade. Há também um aumento significativo do número de mulheres.

¹² Note-se que tanto Fry quanto Ribeiro contabilizam trabalhos de estrangeiros formados em instituições brasileiras escrevendo sobre seus próprios países e trabalhos não-etnográficos de brasileiros sobre situações sociais fora do Brasil. Cabe também notar que Ribeiro sublinha, para o período de 2004-2012, uma tendência maior para estudar África e América Latina, “o que confirma a tendência dos pesquisadores a se interessarem por lugares relacionados a uma geopolítica pós-colonial herdada pelo Brasil e à nossa inserção regional.” (Ribeiro, 2018: 119).

A partir dos anos 2000, ao lado de doutorados, doutorados-sanduíche e pós-doutorados em universidades do exterior, que continuam fazendo circular intensamente estudantes e professoras de antropologia, assistimos a uma nova tendência, sobretudo se consideramos doutorados integralmente cursados em universidades brasileiras: o aumento de campos realizados por pesquisadoras brasileiras que ultrapassam fronteiras nacionais. Não fomos as primeiras a dar atenção a tal abertura. De fato, o atual dossiê coloca-se em continuidade direta com uma coletânea publicada há mais de meia década (DULLEY e JARDIM, 2013) e talvez seja interessante, numa futura empreitada, comparar os volumes mais detidamente.

Nos últimos 20 anos, temos notícias de pesquisas realizadas em ex-colônias portuguesas e outros países da África, do Caribe, da América Latina e alhures. Certamente, a expansão das pós-graduações e dos fomentos à pesquisa na década de 2000 e primeira metade de 2010 teve papel crucial nesses processos. Tais mudanças acompanham um conjunto mais amplo de deslocamentos no universo acadêmico, que têm provocado crescente discussão acerca das relações Norte/Sul e Sul/Sul no que tange às políticas da produção de conhecimento (ROSA, 2015; CESARINO, 2014). No Brasil, “internacionalização” (palavra que esconde múltiplos sentidos) foi meta importante da política educacional ao longo dos três-e-meio governos de esquerda recentes. Políticas públicas como o Programa Ciências sem Fronteiras (ainda que esse especificamente não abarcasse as ciências humanas), criado em 2011, no Governo Dilma, apoiavam o intercâmbio de estudantes desde a graduação. Linhas de financiamento como os editais ProÁfrica do CNPq (2005-2010) incentivavam pesquisas brasileiras em outros continentes. A criação da Unilab (Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira) e da Unila (Universidade Federal da Integração Latino-Americana) talvez seja a cereja deste bolo, abrindo novas formas de relação com pesquisadoras e alunas de diversos países, com foco no sul global¹³.

O resultado desse tipo de investimento começa a ser sentido agora, na geração da qual nós (e a maioria das participantes deste dossiê) fazemos parte. Ainda é cedo para traçar panoramas e, mais importante, não acreditamos que seja muito rentável perguntar genericamente o que procuram as antropólogas brasileiras quando resolvem fazer trabalho de campo fora do país. Especulamos que, para muitas desta geração, a questão “o que faz o Brasil, Brasil?” (DAMATTA, 1984) talvez soe antiga, desinteressante, o que pode ter incentivado a fazer campo no estrangeiro. Mas isso é dizer pouco, afinal, “fora do país” pode significar virtualmente qualquer coisa, qualquer tema, qualquer recorte, qualquer continente.

As contribuições para este dossiê convidam a explorar algumas diferenças entre pesquisar em África, Caribe e Europa¹⁴. Com a bagagem teórica e cultural que carregamos, pesquisar fora do Brasil nunca será *tabula rasa*. Sempre partiremos de alguma imagem do que esperamos encontrar – desejar *conhecer* um lugar ou objeto, nos lembra Maria Rita Kehl (1990: 369), é sempre desejar *reconhecer* as imagens mentais que carregamos. A África, por exemplo, em sua posição fundante na tradição empírica disciplinar, impõe um peso de décadas de “africanismo” a qualquer uma que resolva fazer antropologia por lá. Mas, certamente, partir para a África do Brasil não é o mesmo que partir para lá saindo da

¹³ Note-se, entretanto, que políticas educacionais visando à internacionalização são de fato muito mais antigas. Mariana Batista dos Santos (neste volume) nos lembra que as origens da PEC-G remontam à década de 1920.

¹⁴ Infelizmente, não recebemos contribuições acerca de pesquisas alhures. Parte dessa limitação provavelmente é resultado do fato de que, até onde sabemos, as explorações etnográficas brasileiras em Ásia e Oceania ainda são limitadas. Por outro lado, estimamos que a ausência de textos tratando de países da América do Sul, Central e Oriente Médio, por exemplo, são mais fruto do alcance limitado de nossa chamada, que circulou sobretudo em nossas redes de contatos.

Europa, em particular para pesquisadoras negras: a África não é apenas o continente das linhagens e dos oráculos, é também da negritude, do pan-africanismo, da ancestralidade. E – como nos mostram Deborah Lima, Nilsia Santos e Lívia Reis, no dossiê – nem sempre o que se encontra lá era o que se imaginava. O Caribe, que só ganha peso na discussão teórica das antropologias do norte a partir da década de 1990 (ver TROUILLOT, 2018 [1992]), também é, por um lado, *locus* da negritude, e parece oferecer, para os estudos afrobrasileiros, uma enormidade de paralelos relativamente fáceis. Mas eles podem ser enganosos e, como os textos de Marcelo Mello e Antônia Gabriela demonstram, existem muitos Caribes a serem investigados. Entre boxeadores cubanos e cultos indoguianenses, resta alguma “região etnográfica” que una as pesquisas, para além de sua orientadora em comum?

Há mais. E aqui arriscamos falar sobre um sentimento difuso, inconfesso por escrito, que diferencia a pesquisa no Norte e no Sul globais. Ao pesquisar África e Caribe, brasileiras parecem se colocar na posição de desbravar uma área etnográfica nova (mesmo que nova apenas para elas). Discute-se, por exemplo, sobre a necessidade de uma antropologia brasileira em África, mais ou menos nos termos em que se fala de uma antropologia britânica em África (DIAS et al, 2009). Todas sabemos, certo, dos problemas da própria ideia de “africanismo” e similares (cf. MUDIMBE 2013 [1988]; 2013 [1994]), ainda assim, a imagem das pesquisas clássicas paira sobre o que fazemos¹⁵. Fazer pesquisa na Europa ou na América do Norte é muito diferente. Mesmo que, em 1995, Gilberto Velho (1995) tenha levantado um número significativo de pesquisadoras brasileiras fazendo campo na Europa e, principalmente, nos EUA, não parece ter emergido daí um esforço comparativo ordenado. Ninguém parece propor um “europeanismo brasileiro”. O norte não é tratado como área etnográfica, mesmo por quem lá pesquisa. Dito de uma maneira menos ácida, percebemos um esforço no sentido de criação de redes de brasileiras estudando Caribe e África¹⁶, mas não de redes de brasileiras estudando a Europa (talvez na Europa sim).

Em parte, pela história de formação que resgatamos rapidamente acima, a Europa (principalmente França e Inglaterra) e os EUA foram e continuam sendo eminentemente *locais de formação* para as antropólogas. Buscam-se um mergulho em seminários com grandes professores e pesquisas bibliográficas nas impressionantes bibliotecas, com o objetivo de voltar ao país e contribuir para a discussão teórica da área. Isso não impede o paralelo esforço no sentido de estabelecer diálogos e parcerias entre pesquisadoras brasileiras e estrangeiras, mas, ainda assim, o círculo de pesquisa ao qual as pesquisadoras se ligam tende a ser principalmente delimitado por sua subárea de estudo, quando não se conectam a grupos de estudos sobre o Brasil no exterior. Aliás, tal movimento vai ao encontro de um interesse das pesquisadoras e orientadoras dos países do Norte por “dados” trazidos do Brasil – o que pode incorrer no que Rosa (2015: 314) chama de “imperialismo intelectual”. De toda forma, grande parte das pesquisadoras que

¹⁵ Notamos ainda, com Peirano (2014), o quanto a própria ideia de “antropologia brasileira” reproduz uma história linear problemática, nos relegando a uma espécie de sub-escola subalterna aos “grandes centros” de antropologia ao Norte. Mesmo a ideia inclusiva de “antropologias mundiais” é dependente da ideia de “antropologias nacionais”, que por sua vez é tributária de ideais nacionalistas (ver também SIGAUD, NEIBURG e L’ESTOILE, 2005 [2002]). Isso não quer dizer que sejamos contra refletir sobre a antropologia feita por brasileiras, ou sobre as características daquelas que se formam em antropologia em nosso país. Quer dizer que fazer confluir sob a expressão “antropologia brasileira” todo aquele conhecimento antropológico feito no Brasil, sobre o Brasil, e por brasileiras (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1986) gera mais problemas do que resolve.

¹⁶ Inclusive da parte de um dos organizadores do dossiê: Rogério tem feito esforços justamente para aproximar pesquisadoras brasileiras que estudam África e Caribe (<<http://www.lah-ufrj.org/lacs-lah-2020.html>>) e tem participado de eventos e publicações que colocam o Caribe como recorte. Ver também os dossiês organizados por Loureiro (2014) e Goyatá; Bulamah; Ramassote (2020).

se deslocaram para o Norte em seus estudos nas últimas décadas fizeram campo no Brasil e, eventualmente, um campo comparativo no outro país. Nesse período, notamos uma tendência à realização de campo em países da Europa Latina, principalmente Espanha e Portugal, em muitos casos sobre brasileiras em situação de migração.

Neste sentido, parece que seguimos reproduzindo um recorte geopolítico do mundo em “áreas etnográficas” que são, fundamentalmente, as pós/neocolônias, *locus* da alteridade. A antropologia dos grandes centros pode ser caricaturizada como derivando da pretensão colonialista de construir universais à sua própria semelhança e, a partir daí, recortar o mundo através das diferenças que contrainventam, simultaneamente, o Outro. Mas e visto do Brasil, o que é mais “outro”? África, Caribe ou Europa? E visto por quem? Muitos brasileiros “de elite” (econômica e/ou intelectual) gostam de imaginar sua continuidade (em geral inferiorizante) com o mundo euro-americano. A metáfora rodriguiana do vira-latas segue relevante. Nesta lógica, pesquisar a Europa seria desinteressante por não permitir certo “estranhamento clichê” que seleciona imagens de periferias precárias (do Brasil e do mundo) como o *locus* apropriado da produção antropológica (ANJOS, 2006: 28). Mas, à medida que a academia brasileira deixa de ser tão branca, a relação com outras terras muda. Nesse sentido, escalas de alteridade como a que propunha Peirano (1999), que já eram problemáticas para pensar pesquisas feitas dentro do Brasil, tornam-se inúteis no além-fronteiras. Concordamos com Strathern quando esta escreve que seria bom “livrar o conceito de casa de medições impossíveis de graus de familiaridade” (2014 [1987]:134).

Decerto não queremos reproduzir uma imagem idealizada das relações Sul-Sul ou glorificar nossos interesses de pesquisa como motivados por questões teórico-políticas nobres que transcendam vicissitudes geopolíticas incômodas. Muito pelo contrário, sabemos que pesquisadoras brasileiras chegam em terras estrangeiras na esteira da Vale, Embrapa, Odebrecht (no caso da África, cf. CESARINO, 2014); do exército e das ONGs (no caso do Haiti, cf. NEIBURG, 2019); de um enorme contingente de garimpeiros (no caso das Guianas, cf. de THELJE, 2007); e das igrejas pentecostais (em diversos locais – ver REIS, neste volume). Isso ocorre na enorme maioria dos casos, para bem ou para mal, quer escolhamos investigar esses temas, quer não. Isso não descredita o trabalho de ninguém – apenas sublinha em que medida nossas próprias janelas de oportunidades e nossa atenção para possibilidades de investigação são sobredeterminadas por fatores socioeconômicos, políticos, religiosos que em geral consideramos menos excelso, enquanto definidores de agendas de pesquisa, do que questões teóricas mais abstratas.

O dossiê

Ao longo das últimas páginas, levantamos muitos temas para debate, sem pretensão de responder nenhum - mais como provocações. Os textos que compõem o presente dossiê retomarão alguns desses fios. O conjunto heterogêneo que ora apresentamos situa, sem qualquer pretensão de representatividade, pesquisas de brasileiras que produziram etnografias além das fronteiras do país, de forma a pensar as localizações etnográficas, os deslocamentos transnacionais e o que eles provocam de resultado concreto: teórico, descritivo, textual.

De um campo, no mestrado, em comunidades remanescentes de quilombos, Marcelo Moura Mello parte rumo à Guiana, onde uma série de encontros e “even-

tos inesperados” o levam à Deusa hindu Kali. O autor realiza uma pesquisa etnográfica entre membros do culto à divindade, envolvendo-se nas atividades no templo de Blairmont. No artigo **“Articulação oracular e pesquisa de campo”**, foca o efeito das revelações oraculares entre os devotos e em sua própria pesquisa. Alterna tons distintos, ora dialogando com a teoria antropológica contemporânea sobre divinação, dúvida e verdade, ora mais próximo dos dados empíricos e da situação de construção de pesquisa. Costurando os diferentes níveis de abstração, o trabalho de Marcelo nos convida a entender o quanto as verdades da antropologia repousam sobre complexas articulações entre seres, coisas, saberes e fazeres díspares - de financiamento de pesquisa e escolhas de orientadora a conceitos filosóficos, espíritos, estátuas e opiniões divergentes. São encontrados que, como nos ensinam os adeptos de Kali, nada têm de fortuitos.

Lívia Reis volta-se para a religião vivida em Maputo, pesquisando entre fiéis da Igreja Universal do Reino de Deus, principalmente jovens mulheres, com quem estabelece relações de amizade. Em **“Deslocamentos etnográficos: religião, raça e poder em Moçambique”**, reflete sobre as reconfigurações em sua identidade negra provocadas por uma pesquisa etnográfica além-mar; sobre as ambivalências de experimentar a religiosidade e a alteridade iurdiana em sua “repugnância” para uma ética secularizada; e sobre suas trocas, demandas e assimetrias na relação com mulheres de Moçambique. Lidando com um tema para o qual acenamos acima, a autora discute o processo (e as armadilhas) da construção de uma pesquisa acerca de um tema “brasileiro” num país distante, evitando “transportar automaticamente para o contexto moçambicano as controvérsias protagonizadas pela IURD no Brasil”. Sua solução passa pela importância do processo de textualização (incluindo as pausas que a escrita exige) enquanto parte do processo de colocar em movimento uma reelaboração constante das ideias e conceitualizações, a partir das relações travadas em campo¹⁷.

Nílsia Santos, sacerdotisa do *Ilê Asé Aségun Itesiwajú Aterosun*, vai à Nigéria para a realização de uma pesquisa de mestrado sobre Ori, acompanhada de sua orientadora Deborah Lima, e recebe o título de *Iyalodè*, “Rainha das Damas de Ilê Ifé”. Em **“Ori, Ooni: Etnografando o Inusitado em Ilê Ifé, Nigéria”**, as duas autoras apresentam – em um formato de experimentação de escrita a duas vozes, irreverente e bem-humorado – uma “etnografia da etnografia”. É abordada a realização de uma pesquisa bastante incomum, já que se hospedam e se encontram completamente envoltas na corte do Rei de Ifé. Narram encontros e situações diversas que viveram, assim como as alternâncias de papéis pelas quais as duas passaram: Deborah, como professora / orientadora / filha de Axé / tradutora / pajem; Nílsia, como sacerdotisa / mestranda / Rainha das Damas / possível esposa do Rei. Gênero, idade, classe, cor, cargos religiosos e acadêmicos, dentre outras formas de localização etnográfica, ganham pesos talvez inesperados num trabalho de campo “para cima”, um tanto quanto inusitado. Ao mesmo tempo, o texto oferece uma reflexão profunda acerca do fazer antropológico, das velocidades e lentidões do momento de observação participante, das distâncias e aproximações entre coleta de dados e pesquisa.

Em **“Etnografia e fluxo transnacional: congolese em seus trânsitos”**, Mariana Batista dos Santos retrata o processo de coleta de dados de duas

¹⁷ Note-se ainda que a proposta aqui parece ir além de uma simples distinção entre “estar lá e escrever aqui” (GEERTZ 2002 [1989]). O “ler aqui” também afeta nossa maneira de “estar lá”, como acontece quando Reis imagina uma descrição “à la Hertz” de um evento presenciado em Maputo; ou quando Deborah Lima imagina que de sua estadia na Nigéria poderia emergir uma nova pesquisa sobre dinheiro. Microteorizações e protodescrições, no caderno de campo ou só na mente da pesquisadora, pequenos experimentos etnográficos imaginários, são típicos do trabalho antropológico e demonstram o quanto nosso olhar é guiado pela formação prévia, e também como teoria e empiria moldam-se mutuamente ao longo da pesquisa.

pesquisas distintas, ligadas entre si: uma com estudantes congolese de PEC-G, no Rio de Janeiro; outra em Paris, com Sapeurs, “homens congolese que encaram a busca pela elegância como um estilo de vida”. As pesquisas são amarradas por conceitos como trajetória, migração, pós-colonialidade, e pela discussão de questões práticas de campo. As aspirações de celebridade dos sapeurs os colocam em cena frente à pesquisadora brasileira, percebida como uma forma de estender sua fama à América Latina, o que rende reflexão etnográfica e contribui para inserir Batista no cotidiano SAPE (*Société des Ambianceurs et des Personnes Élégantes*, Sociedade dos Ambientadores e das Pessoas Elegantes) parisiense. As pesquisas de Mariana nos oferecem imagens da ambígua geopolítica atlântica contemporânea, entre sapeurs “famosos” no Congo, mas ilegais na França, e estudantes cujas expectativas em relação ao Brasil nem sempre se concretizam. Uma das coisas que aprendemos com seu texto é o quanto os desejos de nossos interlocutores afetam nossas pesquisas - é muito diferente, afinal, entrevistar alguém que quer ser famoso internacionalmente ou migrantes buscando formação acadêmica no Brasil.

O anonimato dos migrantes na França também é abordado no artigo de Marina França, “**‘É uma vida esquisita, um pouco esquisita, mas boa’: entrevista com o marido de uma travesti em Paris**”. Estruturada em torno de uma entrevista com um casal sul-americano vivendo em Paris, transcrita quase em sua integridade, a autora permite que seus interlocutores falem “por si mesmos” - ou melhor, uns pelos outros, já que é o marido quem narra quase toda a história de vida da esposa. O tom da conversa é íntimo, ainda que pesquisadora e pesquisados estivessem apenas começando a se conhecer. Isso mostra como a tão falada (e real) artificialidade da situação de entrevista é capaz de abrandar-se em casos concretos em que a empatia emerge entre as partes. A condição de brasileiras morando na França parece ser um dos elementos possibilitadores da abertura de diálogo. Mesmo que Wanda, a informante, fosse nascida no Peru e pouco aceita pela comunidade de prostitutas brasileiras em Paris, o “sou brasileira!” cria um laço quase instantâneo entre as duas no Bois de Boulogne. Marina aproveita a situação para refletir sobre sua própria condição de mulher-pesquisadora diante um tema tão delicado quanto a prostituição, em um ambiente possivelmente perigoso. Além disso, é relevante notar que seu campo com prostitutas brasileiras na França não teve a continuidade planejada. Ideias e projetos interrompidos, porém, não significam fracassos, e quebrar o silêncio em torno disso é importante para mitigar o medo de rejeição que paira sobre as etnógrafas em formação. Voltando a registros de encontros que não puderam ser bem retratados na tese, Marina demonstra como os dados que somos obrigadas a deixar de lado seguem relevantes, informando aquilo que efetivamente aparece nas etnografias, e permanecendo disponíveis para reflexões futuras.

Antônia Pereira traz um relato franco, multifacetado e politicamente localizado de uma experiência de campo em Cuba acerca de boxeadoras negras em “**O corpo negro em/no trabalho de campo: notas de campo de uma pesquisadora negra em Havana**”. O texto dobra-se sobre si mesmo: o tema de pesquisa - o corpo negro feminino - vira tema de reflexão acerca das barreiras para o fazer antropológico de uma pesquisadora que não se adéqua ao ideal imaginado e evocado nas leituras de metodologia: “um sujeito masculino livre e com privilégio racial, a quem o Campo significa um espaço longe de casa em que ele pode facilmente se inserir e sair”. Além disso, Antônia chama atenção para o momento particular atravessado pela antropologia feita em instituições de pesquisa brasileiras: está atualmente em formação a primeira geração que se forma tendo

vivido os efeitos das políticas de ações afirmativas, em particular as cotas na pós-graduação. Há uma entrada, pela primeira vez maciça, de alunas negras e indígenas nos centros de formação de antropologia. Isso traz consigo a potência de provocar alterações imprevisíveis na disciplina, seja em ensino, pesquisa ou teoria. Encontramos então um paralelo interessante entre as reflexões de Antônia com o seminal texto de Gupta e Ferguson (1997) sobre a ideia de “campo” na antropologia. Estes dois autores percebiam a necessidade e a emergência de uma reorientação teórica-metodológica na disciplina, num momento em que a produção dos grandes centros via-se em crise - a chamada “crise da representação”. No momento atual, Antônia sugere que

essa área de conhecimento é chamada para encarar as tensões geradas pelo Trabalho de Campo ou Campo, partindo-se do entendimento de que essa noção de Campo na antropologia é um lugar não somente físico, mas também é um espaço epistemológico de investigação moldado pelas histórias do imperialismo e do colonialismo dos Estados Unidos e da Europa.

Contribuir para a construção de uma nova imagem, menos reificada, do que é fazer trabalho de campo em antropologia é um dos objetivos centrais do atual dossiê. Não se trata de abrir mão dos ensinamentos dos clássicos, e sim de entender que as possibilidades do fazer antropológico se multiplicaram, assim como se diversificaram os lugares que podemos chamar de campo, e, mais importante, as formas de ser antropóloga.

Seguindo alguns fios

Sem pretensão de aprofundar os temas, vejamos como algumas das questões práticas elencadas na primeira parte desta introdução aproximam e distanciam trabalhos que compõem nosso dossiê. Para começar, notemos como relações de poder, amiúde atravessadas por trocas materiais, se colocam, mais ou menos explicitamente, nas situações de campo. Lívia Reis reflete sobre sua tentativa de se distanciar do histórico colonialista da antropologia e de estabelecer relações igualitárias com suas interlocutoras em Moçambique. Percebe *après-coup* que não é possível simplesmente apagar as diferenças econômicas e as assimetrias entre pesquisadora e as pessoas que encontra em campo, e que havia entre ela e as outras noções distintas de troca e de retribuição. As demandas de dinheiro aparecem também na interação cotidiana de Nílsia Santos e Deborah Lima com os súditos do Rei Ifé. Santos, que descobriu, no início de sua viagem, que para ser coroada Rainha das Damas teria que distribuir todo o dinheiro que levara para a Nigéria, exclama, por fim: “Tudo nesse país é à base de dinheiro”. Por outro lado, as autoras realizam uma “pesquisa de campo por ordem real”, o que lhes abre uma série de caminhos, embora ocupe tempo e mitigue autonomia. Ao mesmo tempo em que o Rei provoca em Nílsia um encantamento, sendo um grande anfitrião, simpático, respeitoso e sedutor, são recorrentes no texto expressões de indignação contra o poder real: “não tinha como não ir”, “não havia escolha”, “a obediência ao rei era sem comentários”, “ele ultrapassara todos os limites do abuso de poder”.

A etnografia “para cima” tem efeitos desde a preparação do campo. Nílsia e Deborah preparam uma mala de viagem um tanto diferente das de outras antropólogas que se dirigem para o interior ou para aldeias. Compram ou escolhem

vestidos caros e de festa para frequentar o Palácio¹⁸. Embora seu campo não implique comprar vestidos luxuosos, Antônia Pereira também precisa arranjar, com o programa de financiamento de sua pós-graduação, com sua família e pessoas próximas, o suporte financeiro e os cuidados com sua filha, necessários para ela ir a Havana. Estas não são observações meramente curiosas, anedotas. De acordo com Gupta e Ferguson, descrições de entrada-e-saída do local de pesquisa ajudam a construir a alteridade existencial e geográfica que inventa tanto a imagem idealizada do “campo” quanto a do “antropólogo” e seus “nativos”. E notem que aqui voltamos a usar o gênero gramatical masculino. “Mesmo em uma era em que números significativos de mulheres, minorias e acadêmicos do terceiro mundo entraram na disciplina, o eu implícito no ritual antropológico crucial de encontrar ‘o Outro’ no campo segue sendo um homem euro-americano, branco e de classe média” (GUPTA e FERGUSON, 1997: 16, tradução nossa.). Haraway (1995 [1988]) vai além, mostrando como o pesquisador torna-se um ser incorpóreo, capaz de representar o outro sem ser representado. Esse “eu” implícito, decerto, não precisa se preocupar sobre com quem vai deixar os filhos, se vai ser confundido com uma prostituta, se suas roupas serão elegantes o suficiente...

Antropólogos, de maneira geral, adoram dizer o quanto é complicado seu campo, mas os problemas para os quais preferem chamar atenção são muito mais de estabelecer diálogo com as pessoas, de isolamento, solidão, de doenças, mosquitos, saudades. Raramente o “aventureiro” se permite dizer que tem medo de ser abordado sexualmente de maneira violenta, ou que não gostou de ser tratado como babá por seus interlocutores. Insistimos, portanto, que o leque de *tipos* de problemas que espera-se enfrentar no campo tendem a ser reduzidos por um arquétipo malinowskiano que segue tendo efeitos sobre o imaginário e a prática antropológica - mesmo que tal arquétipo não se realize plenamente nos casos concretos, e mesmo que seja crescentemente parodiado e criticado (GUPTA e FERGUSON, 1997).

É por isso que nosso dossiê convida a pensar como se chegou até o campo e como situações e interações específicas tornaram possível (ou não) a pesquisa e a maneira como ela se delimitou. Isso inclui questões muito práticas, de financiamento, visto ou burocracias acadêmicas, até questões macro, de relações entre o país de origem e o de pesquisa. Lila Abu-Lughod (2000), uma das autoras que mais convincentemente argumentou pela importância da “localização etnográfica”, ressalta a importância de olhar e, sobretudo, mapear as situações, condições e relações que permitem a realização de uma pesquisa em determinado lugar.

Foco importante poderiam ser as várias conexões e interconexões, históricas e contemporâneas, entre dada comunidade e o/a antropólogo/a trabalhando e escrevendo sobre ela, para não mencionarmos o mundo ao qual ele ou ela pertencem e que os possibilita estar naquele lugar específico estudando tal grupo. (ABU-LUGHOD, 2018 [1991]:204)

Se percebemos, através dos artigos, que entre países do Sul as relações de poder continuam marcando os diferentes espaços de pesquisa, há indicações de que, em comparação com europeus e norte-americanos, antropólogas brasileiras aparecem aos grupos pesquisados como possibilidade de se estabelecer relações mais horizontais, ou menos ameaçadoras, mais simpáticas, pelo menos. De

¹⁸ Vemos semelhante referência no livro *Entre saias justas e jogos de cintura: gênero e etnografia na antropologia brasileira recente*, em que Kelly da Silva (2007) escreve sobre sua pesquisa que tratou do processo de construção do Estado nacional em Timor-Leste. Ser acolhida pelo primeiro-ministro e realizar trabalho voluntário em seu gabinete muda as relações de campo. Passa a ser respeitada, convidada e recebida por autoridades internacionais. Mas ter que se vestir de maneira elegante, frequentar restaurantes e outros eventos sociais não só altera seu modo de vida, como lhe inflige um ônus financeiro difícil de arcar com uma bolsa de estudos.

acordo com Marcelo Mello, apesar de ser diferenciado de outros brasileiros conhecidos, os garimpeiros, ele era visto como *mixed*, e “em algumas situações meu espírito ‘amigável’ era contrastado ao de europeus e americanos, pessoas em geral brancas e com pendor, para meus interlocutores, a inferiorizarem guianenses”. A nacionalidade parece provocar um enquadramento, mas parece estar principalmente imbricada com outros marcadores sociais da diferença ou com o status da pesquisadora. Marcelo não se parece com um garimpeiro. Seu colega de pele mais clara, Rogério Pires, que fez campo paralelamente no país vizinho, nunca conseguiu ser entendido por seus amigos surinameses como plenamente “brasileiro”, categoria que nas guianas hoje é uma descrição étnico-racial que engloba sobretudo pessoas da região norte e nordeste do Brasil, em grande parte garimpeiros. De acordo com Lívia Reis, o Brasil evoca respeito e admiração em Moçambique, e, para sua surpresa e incômodo, ela mesma parecia ser mais percebida como uma brasileira de classe média, “clarinha”, do que como uma mulher negra pesquisando com pessoas negras, como inicialmente imaginara.¹⁹

Marina França, mesmo brasileira pesquisando brasileiras na França, por ter como campo a prostituição durante o governo de Nicolas Sarkozy, em que prostitutas eram constantemente presas e multadas, foi objeto de desconfiança por parte de algumas trabalhadoras do Bois de Boulogne. Trabalhava para o governo? Era brasileira mesmo? Já com outras interlocutoras, a nacionalidade provocou proximidade, como um almoço com feijoada e uma tarde de salsa entre travestis latino-americanas. Mariana Batista, mestiça e estrangeira (embora com status de estudante) na França, vinda de um país distante, simpático e exótico como o Brasil para os sapeurs, teve acesso menos controlado a certas conversas, diferentemente de “certas coisas que não se deve falar aos franceses, sob o risco de ser mal interpretado”. Além disso, como comentado anteriormente, Batista negociou sua entrada no campo dos *sapeurs* muito em função do desejo deles de atenção e de projeção da fama; com isto, seu comportamento e retribuições eram constantemente avaliados. O tempo e quantidade de entrevistas realizadas com cada um e os comentários nas mídias sobre um ou outro sapeur apresentaram um risco para a pesquisa.²⁰

Como dito acima, os desejos das interlocutoras (“objetos”) têm peso fundamental no resultado de qualquer pesquisa. Nas palavras de Hélio Silva, “o percurso do etnógrafo no campo deriva da conjunção exitosa ou atritada, isto é, pelos acordos e pelos entreveros entre a orientação que ele mesmo quer imprimir a seu itinerário e os itinerários permitidos, prescritos, previstos, aceitos pelos interlocutores/interagentes” (2009: 176). Este autor escreve ainda que as trajetórias de pesquisa e autopercepções do antropólogo têm que ser constantemente revistas, em interação com as percepções alheias e com a maneira pela qual a imagem que o pesquisador projeta é decodificada pelos nativos. Os impasses, resistências e limites colocados pelos interlocutores devem, inclusive, ser analisados na compreensão dos grupos ou sociedades estudadas; a análise crítica da situação etnográfica e da relação etnográfica são condição do saber antropológico (FASSIN, 2008).

¹⁹ Ser obrigada a reavaliar suas autoidentificações étnico-raciais, aliás, parece ser um problema recorrente entre pesquisadoras brasileiras “não-brancas” (por aqui) que aportam em África. Luena Pereira (2013: 79), por exemplo, afirma: “Ser mestiça em Luanda significa não ser negra, algo muito diferente da atual concepção brasileira, e que me proporcionou, lá, facilidades desconfortáveis. [...] Eu fui muitas vezes classificada como branca e custei a entender que isso não estava apenas relacionado com a minha condição de estrangeira”.

²⁰ Ainda no tema da “brasileidade”, cabe lembrar que é recorrente por parte de etnógrafas mulheres terem de lidar com o estereótipo da brasileira hipersexualizada, comum no olhar de muitos estrangeiros, tanto na Europa (Cioccarì, 2009) quanto nas Américas (CRUZ, 2012).

Antônia Pereira escreve que foi para campo “para entender os processos de produção dos corpos das boxeadoras habaneras em contextos de estereotipização racializadas e acabei me defrontando com algumas experiências de racialização e estereotipização no meu próprio corpo”. Teve que se esforçar para construir o seu reconhecimento como pesquisadora mulher e negra. Após um assédio, adotou uma postura mais “masculinizada” na academia de boxe, mas ainda assim tinha que se deparar com os efeitos de se revelar como lésbica e com outras reproduções de normas de gênero. Lívia Reis também relata, no dossiê, escolhas feitas em campo e reflexões sobre as relações estabelecidas, avaliadas sob a perspectiva do medo do campo “dar errado”: a decisão de comunicar à direção da Igreja que era pesquisadora, a percepção de como era vista pelas interlocutoras, que contrastava com a maneira como tinha construído suas identificações no Brasil, e escreve “eu simplesmente não sabia ser a pessoa que diziam que eu era”. Don Kulick indica a ansiedade de antropólogos de serem rejeitados no campo, de não conseguirem “estabelecer relação”, algo tão essencial se “na antropologia, os segredos das outras pessoas são mercadorias valiosas”. Afinal, “uma das principais coisas que uma educação de nível superior em antropologia parece fazer com estudantes é incutir nelas uma séria ansiedade de que podem ser rejeitadas pelas pessoas que escolheram estudar” (KULICK 2005 [1995]: 9-11, tradução nossa). A questão se complica ainda mais quando se estuda alteridades que incomodam na mesma medida em que fascinam, como no caso dos grupos pentecostais estudados por Lívia²¹.

Ainda, para Kulick, a ansiedade para estabelecer relações em campo pode ser especialmente paralisante para mulheres, gays e lésbicas, que têm medo de se mostrar como são, mas não sabem também o que podem ser em campo. O que nos remete a uma das primeiras mulheres estrangeiras no Brasil. A norte-americana Ruth Landes escreve em “Woman anthropologist in Brazil” (1986) que não havia lugar para uma antropóloga mulher em campo no país do final dos anos de 1930. Descreve seu adoecimento físico, sua ansiedade e pensamentos de suicídio em um hotel de Salvador, decorrentes das tensões de campo. Além do clima político – em plena ditadura do Estado Novo, que acabou levando-a a ser expulsa –, pondera que não foi preparada para as desigualdades de gênero no Brasil. Apesar de relatar um casamento frustrante e suas disputas com o primeiro marido americano para ir à universidade, choca-se de não poder se deslocar sozinha, seja no Rio de Janeiro ou em Salvador, por ser mulher. Edison Carneiro devia acompanhá-la em cada passo. Posteriormente, boa parte das críticas que foram dirigidas a Landes, principalmente por Artur Ramos e Melville Herskovits, carregam acusações frequentes contra as mulheres: foi difamada por incompetência acadêmica, pelo peso que dava ao papel das mulheres e dos homossexuais no candomblé, por um suposto erotismo e até por rumores de que gerenciou um bordel no Brasil. Seu campo de pesquisa com negros certamente agravou o pânico de sua presença. Foi chamada de “*nigger lover*” e sua amizade com algumas mulheres brasileiras desaconselhada (ver também CUNHA, 2005).

Muitas antropólogas ocupam um lugar assexuado em campo que permite circular em lugares eminentemente masculinos²². Mas isso não quer dizer que temos que comprar sempre o “mito do antropólogo assexuado” (BUFFON, 1992:

²¹ A repugnância ou antipatia acontecem em diferentes campos, como em pesquisas com grupos xenófobos italianos (AVANZA, 2008), de uma pesquisadora feminista em uma comunidade masculina de sedução na França (GOURARIER, 2012), ou de uma mulher negra pesquisando policiais civis no Rio de Janeiro (MEDEIROS, 2017).

²² Como Bruna Franchetto, que se viu, no início de sua relação com os Kuikuro, em um “lugar surreal de um ser andrógino” (1996:36), ou como Marie-Elisabeth Handman (1983), que era a única mulher a frequentar cafés em uma pequena cidade da Grécia.

68). Se há as mulheres “neutras”, há também “as mulheres que são vistas pelos informantes como sexualmente disponíveis” (GROSSI, 1992: 12). De insinuações a assédios, nem sempre os casos são contados fora de um círculo íntimo, muito menos nas etnografias. Como apontam Soraya Fleischer e Alinne Bonetti (2010), é difícil falar com os pares dos riscos enfrentados em campo, em parte pela exposição a que se vê submetida a pesquisadora. Kulick (2005 [1995]) aponta na disciplina um desdém por narrativas pessoais, reforçado pelo tabu de discutir sexo – o dos antropólogos, não o dos “nativos”. O silêncio sobre gênero e sexualidade em campo serviria para manter a subjetividade heterossexual masculina fora de escrutínio e emudecer mulheres e gays, para quem tais questões são problemáticas mas a sua discussão pública é um risco para as carreiras.

Ainda como aponta Antônia Pereira, em seu artigo no dossiê, a individualização do campo põe o peso do “sucesso” ou “fracasso” do campo, e de seus infortúnios, sobre a pesquisadora. A autora chegou a considerar sua responsabilidade, como mulher e negra, as situações pelas quais passou. Além de ser assediada por um homem que entrevistava (apesar de estratégias para se mostrar inicialmente como uma mulher casada), foi solicitada a ficar como babá da filha de um boxeador enquanto ele treinava, e sofreu pressão para entrevistar os homens da academia, aqueles que detinham o “conhecimento verdadeiro” sobre o boxe, enquanto seu objeto eram mulheres boxeadoras. O gênero de quem pesquisa certamente conta; deve-se refletir sobre suas implicações na localização da antropóloga no espaço social que pesquisa, pensado em suas interconexões com outros marcadores sociais.²³

Mas se as pesquisadoras sempre encontram barreiras em campo, costumam também encontrar esteios, pessoas que são essenciais para abrir e moldar caminhos, como apontam Nílsia Santos e Deborah Lima. Marcelo Mello contou com o apoio de um professor que, embora morasse nos EUA, arranjou hospedagem na casa de sua família na Guiana e o contato com um diretor de escola que levou Marcelo à região do templo que viria a pesquisar. Antônia obteve indicações com a dona da pensão onde se hospedou e com uma boxeadora que não estava em Havana. O artigo de Livia indica, além disso, a importância de orientações e trocas com supervisoras locais e outras antropólogas que fazem campo no mesmo local ou país.

Os caminhos de interação são certamente construídos também segundo os marcadores sociais. Marcelo conversou sobretudo com homens jovens e de meia-idade, não sendo conveniente que passasse tempo sozinho com mulheres jovens. Livia conversou com alguns homens, mas, como convinha no universo iurdiano, só estabeleceu relações mais próximas de pesquisa com jovens mulheres. Idade, aliás, é um elemento cujo peso recorrentemente é desconsiderado quando se fala em localização etnográfica. O etnógrafo-ideal é ou bem o intrépido doutorando de 20-e-poucos-anos, ou bem o antropólogo já familiarizado, que pesquisa há décadas um mesmo grupo. Nílsia e Deborah nos mostram uma situação diferente. São duas mulheres de sessenta anos que chegam à Nigéria. A idade e cargo religioso de Nílsia lhes dão status para relações com a alta cúpula de Ifé. Ela é inclusive envolta em um cortejo amoroso por parte do rei. Deborah, com seu cargo de professora da Universidade Federal de Minas Gerais, se torna “troféu” do Rei, sendo apresentada por ele aos visitantes como “professora de Cambridge”, descrição que lhe soa fraudulenta, apesar de ter feito seu doutorado lá. O que nos

²³ Ainda assim, parece ser principalmente mulheres que respondem chamadas de artigos que envolvem a discussão dos efeitos de marcadores sociais da diferença em campo e de posicionalidade. Não poderíamos deixar de notar que o dossiê é composto por quatro mulheres negras, seis mulheres ao todo, e um homem. Kulick e Wilson (2005 [1995]: xiii) tiveram resultado parecido quinze anos atrás.

lembra que o status da etnógrafa, mesmo quando imaginado, contagia seus interlocutores.

Discutindo no final do artigo a questão da inseparabilidade entre os diversos momentos de uma etnografia, Lima e Santos relembram a discussão de Marilyn Strathern, ponderando “que são na verdade dois campos, o de lá e o de cá, constituídos reciprocamente pela antecipação da escrita durante o campo e a recriação do campo durante a escrita”. E elas recriam esse campo no artigo de maneira vívida, em uma autoria dupla que versa também sobre a parceria delas e sobre a interação dos papéis que cada uma ocupou em campo. Pensamos rapidamente em Davi Kopenawa e Bruce Albert (2019), parceria que marcou a antropologia recente e entrou rapidamente no panteão dos grandes textos da disciplina (cf. KELLY, 2011). Mas a escrita de uma e outra obra é bem diferente. Albert organizou o material, deixando-se aparecer principalmente nas notas, depois de gravar o narrador, Kopenawa, durante anos. Ao mesmo tempo, Davi observa que falam através dele seu sogro, que muito lhe ensinou, e os *xapiri*. Em Nílsia e Deborah, acompanhamos quem escreve, em primeira pessoa, a cada momento, através de seus estilos característicos e pelo jogo com suas posições em campo. Elas também falam uma da outra, tornando-se simultaneamente personagens e narradoras de um mesmo texto polifônico. Podemos pensar em outra diferença importante, já que Nílsia não escreve sobre seu Ilê; apesar de estudar o Ori, a etnógrafa o faz na Nigéria. Nesse sentido, há também uma particularidade em relação a antropólogas que escrevem sobre seu próprio povo, como em grande parte do que tem sido produzido em uma “antropologia indígena” no Brasil (GALLOIS et al., 2016) ou em uma autoetnografia (RAMOS, 2016). Ao mesmo tempo, no caso de Nílsia, podemos provavelmente dizer que se os espíritos não falam em seu texto (ao menos não neste), as autoras reconhecem que os interesses espirituais de Nílsia guiavam as suas observações.

Por três vezes ao longo do texto Nílsia se descreve como “ocidental”. Uma “boa ocidental”, aliás. Tal palavra soa crescentemente estranha na boca da maioria das antropólogas, sobretudo aquelas que escrevem desde um país de terceiro mundo. De repente, aparece na pena de nossa colega *yaldè*, líder espiritual afro-brasileira. Nílsia certamente está certa ao se descrever assim, não apenas porque o Brasil está ao ocidente da Nigéria, mas porque “ocidentalidade” é, fundamentalmente, uma categoria relacional e posicional. Assim como “brasilidade”, como os textos desta coletânea mostram. Provavelmente qualquer pessoa com formação universitária, saída da terceira maior região metropolitana do Brasil, se sentiria “ocidental” no interior da Nigéria, independentemente de sua religião. A verdade é que o estudo de questões afro-brasileiras (religiosas, mas não somente) sempre bagunçou o modelo eurocêntrico seguido por outros setores da antropologia feita por brasileiros (em particular a etnologia ameríndia). Os terreiros, enquanto “campos”, amiúde são na vizinhança da pesquisadora, que muitas vezes é negra e muitas vezes praticante. Antropólogas (inclusive estrangeiras) viram mães-de-santo. Na tentativa de aproximar-se do arquétipo malinowskiano, o mecanismo criado por parte dos estudiosos das religiões afro-brasileiras foi construir uma espécie de eu virtual (mais que euro-americano, caricaturalmente cartesiano) para contraefetuar a alteridade afro-brasileira. Isto é, antropólogos tendem a escrever como se fossem estrangeiros para quem a cosmopolítica das religiões de matriz africana seria tão alienígena quanto a da melanésia. Isto é particularmente irônico quando lembramos, com Gonzalez (1984), que a “cultura brasileira” é constituída em nosso imaginário fundamentalmente por elementos afro.

O resultado disso tudo é que a tendência da antropologia feita por brasileiros entre afrobrasileiros foi de pintar-se como externa à cultura brasileira, num exemplo dos problemas derivados de resumir o projeto antropológico a “transformar o exótico no familiar e/ou transformar o familiar em exótico”, para voltar ao texto clássico de Da Matta (1978: 4).

Nem nossa apresentação, nem nenhum dos textos deste dossiê coloca-se na posição de oferecer respostas definitivas sobre como se deve agir ou não em campo – são questões éticas, afinal, e que, portanto, dizem respeito a situações concretas, e não questões morais nas quais há certo ou errado no absoluto. Revelar e esconder, lembramos, são efeitos estéticos (STRATHERN, 2006 [1988]) e estética, como sabemos, é ética (DELEUZE, 1992 [1986]: 125-6). Tampouco somos capazes de responder definitivamente sobre o que se deve revelar e o que se deve esconder da experiência etnográfica no texto monográfico – janelas demais podem tornar a etnografia sobre a etnógrafa e não sobre as pessoas que ela estuda. Seria absurdo querer que todas as questões que aqui levantamos sejam respondidas em toda etnografia – de financiamento a gênero, de emoções a raça.²⁴ Sempre haverá um recorte, narrar é sempre fazer sinédoques. Mas tampouco queremos voltar ao “cada caso é um caso”. Fonseca (1999), falando sobre o uso desse tipo de argumento em outras situações, adverte que fugir de “sujeitos eternos e ahistóricos” não deveria significar cair na “sacralização do indivíduo”. Frisar que nós, pesquisadoras, não somos todas iguais - e sobretudo que não nos enquadrados em arquétipos que eram supostamente neutros há cem anos - não significa dizer que cada uma age à sua maneira. O que mostrar? Para nós, a regra de ouro é: aquilo que tem efeitos relevantes no conhecimento produzido.

Referências

- ABU-LUGHOD. Locating ethnography. *Ethnography*, 1 (2): 261-267, 2000.
- ABU-LUGHOD. A escrita contra a cultura. *Equatorial*, 5 (8): 193-226, 2018 [1991].
- ANJOS, José Carlos dos. *No território da linha cruzada: A cosmopolítica afro-brasileira*. Porto Alegre, UFRGS/Fundação Cultural Palmares, 2006.
- AVANZA, Martina. « Comment faire de l'ethnographie quand on n'aime pas "ses indigènes" ». In: FASSIN, Didier; BENZA, Alban (orgs.). *Les politiques de l'enquête: épreuves ethnographiques*. Paris: La Découverte, 2008. pp. 41-58.
- BONETTI, Aline; FLEISCHER, Soraya (orgs.). *Entre saias justas e jogos de cintura: gênero e etnografia na antropologia brasileira recente*. Florianópolis/Santa Cruz do Sul: UNISC/Editora Mulheres, 2007.

²⁴ Há, decerto, inúmeras questões que deixamos de abordar no presente texto. Marcelo Mello, ao ler uma versão anterior desta introdução, nos lembrou que ignoramos os problemas linguísticos. Para fazer campo fora do Brasil, na maioria dos casos é preciso ou saber de antemão uma segunda língua, ou ter condições de aprendê-la em campo (no caso de países como o Suriname, uma terceira ou quarta línguas seriam também desejáveis). Estas nem sempre são opções para ingressantes nos programas de pós-graduação em antropologia de instituições brasileiras.

BRITO, Angela X. Transformations institutionnelles et caractéristiques sociales des étudiants brésiliens en France. *Cahiers du Brésil Contemporain*, 57/58-59/60: 75-105, 2004-2005.

BUFFON, Roseli. “Encontrando uma tribo masculina de camadas médias”. In: GROSSI, Miriam P. (org.). *Trabalho de campo e subjetividade*. Florianópolis: Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de Santa Catarina, 1992. pp. 53-70.

CANÊDO, Leticia; GARCIA, Afrânio. Les boursiers brésiliens et l'accès aux formations d'excellence internationales. *Cahiers du Brésil Contemporain*, 57/58-59/60: 21-48, 2004-2005.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. O que é isso que chamamos de Antropologia Brasileira? *Anuário Antropológico*, 85: 227-246, 1986.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. “O movimento dos conceitos na antropologia”. In: *O trabalho do antropólogo*. São Paulo: UNESP, 2000 [1993]. pp. 37-52.

CESARINO, Leticia. Antropologia multissituada e a questão de escala: Reflexões com base no estudo da cooperação Sul-Sul brasileira. *Horizontes Antropológicos*, 20 (41): 19-50, 2014.

CIOCCARI, Marta. Reflexões de uma antropóloga “andarina” sobre a etnografia numa comunidade de mineiros de carvão. *Horizontes Antropológicos*, 15 (32): 217-246, 2009.

COELHO, Ruy. Os caraíbas negros de Honduras. São Paulo, Perspectiva: 2002 [1955].

CORREIA, Mariza. Traficantes do excêntrico: os antropólogos no Brasil dos anos 30 aos anos 60. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 3 (6): 79-98, 1988.

CRAPANZANO, Vincent. “Hermes’ dilemma: The masking of subversion in ethnographic description”. In: CLIFFORD, James; MARCUS, George (eds.). *Writing culture: The poetics and politics of ethnography*. Berkeley, University of California Press, 1986. pp. 51-76.

CRUZ, Alline Torres Dias da. *Sobre dons, pessoas, espíritos e suas moradas*. Tese em Antropologia Social. Museu Nacional, UFRJ, 2012.

CUNHA, Olívia M. G. Do ponto de vista de quem? Diálogos, olhares e etnografias dos/nos arquivos. *Estudos Históricos*, 36: 7-32, 2005.

DA MATTA, Roberto. *Um mundo dividido: A estrutura social dos índios Apinayé*. Petrópolis: Vozes, 1976.

DA MATTA, Roberto. O ofício de etnólogo, ou como ter *anthropological blues*. *Boletim do Museu Nacional*, N.S. 27: 1-12, 1978.

DA MATTA, Roberto. *O que faz o brasil, Brasil?*. Rio de Janeiro, Rocco: 1984.

DELEUZE, Gilles. A vida como obra de arte (entrevista a Didier Eribon). In: *Conversações*. São Paulo, 34: 1992 [1986].

DIAS, Juliana Braz; SILVA, Kelly C. da; THOMAZ, Omar Ribeiro; TRAJANO FILHO, Wilson. Antropólogos brasileiros na África: algumas considerações sobre o ofício disciplinar além-mar. *Série Antropologia*, 430: 5-26, 2009.

DULLEY, Iracema; JARDIM, Marta (orgs.). *Antropologia em trânsito: Reflexões sobre deslocamento e comparação*. São Paulo: Annablume, 2013.

EVANS-PRITCHARD, Edward Evan. *Os Nuer*. São Paulo, Perspectiva: 2002 [1940].

EVANS-PRITCHARD, Edward Evan. “Algumas reminiscências e reflexões sobre o trabalho de campo”. In: *Bruxaria, oráculos e magia entre os Azande*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005 [1973]. pp. 243-255.

FABIAN, Johannes. *O tempo e o outro: como a antropologia estabelece seu objeto*. Petrópolis: Vozes, 2013 [1983].

FASSIN, Didier. L'inquiétude ethnographique. In: FASSIN, Didier; BENZA, Alban (orgs.). *Les politiques de l'enquête: épreuves ethnographiques*. Paris: La Découverte, 2008. pp. 7-15.

FLEISCHER, Soraya; BONETTI, Aline. Dossiê. Etnografia Arriscada: dos limites entre vicissitudes e “riscos” no fazer etnográfico contemporâneo. *Teoria & Pesquisa: Revista de Ciência Política*, 19 (1): 7-17, 2010.

FONSECA, Claudia. Quando cada caso NÃO é um caso: pesquisa etnográfica e educação. *Revista Brasileira de Educação*, 10: 58-78, 1999.

FRANÇA, Marina V. *Sexualité et affects dans la prostitution: regards croisés sur le Brésil et le Bois de Boulogne*. Paris: L'Harmattan/Éditions Pepper, 2016.

FRANCHETTO, Bruna. Mulheres entre os Kuikuro. *Estudos Feministas*, 4 (1): 35-54, 1996.

FRY, Peter. “Internacionalização da disciplina”. In: TRAJANO FILHO, Wilson; LINS RIBEIRO, Gustavo (orgs.). *O campo da antropologia no Brasil*. Rio de Janeiro: Contracapa/ABA, 2004. pp. 227-248.

GALLOIS, Dominique T.; TESTA, Adriana Q.; VENTURA, Augusto; BRAGA, Leonardo V. Ethnologie brésilienne. Les voies d'une anthropologie indigène. *Brésil(s), Sciences Humaines et Sociales*, 9, 2016.

GALVÃO, Eduardo. *Santos e visagens: um estudo da vida religiosa de Itá, Baixo Amazonas*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1955.

GEERTZ, Clifford. Um jogo absorvente: notas sobre a briga de galos balinesa. In: *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1989 [1973]. pp. 278-321.

GEERTZ, Clifford. *Obras e vidas: O antropólogo como autor*. Rio de Janeiro, UFRJ: 2002 [1989].

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Ciências Sociais Hoje*, 2: 223-244, 1984.

GOURARIER, Mélanie. *Séduire les femmes pour s'apprécier entre hommes. Une ethnographie des sociabilités masculines hétérosexuelles au sein de la Communauté de la séduction en France*. Tese em antropologia. École des Hautes Études en Sciences Sociales, 2012.

GOYATÁ, Júlia; BULAMAH, Rodrigo C; RAMASSOTE, Rodrigo. Dossier Caribbean Routes: Ethnographic Experiences, Theoretical Challenges, and the Production of Knowledge. *Vibrant*, 17, 2020.

GROSSI, Miriam P. “Na busca do outro, encontra-se a si mesmo”. In: GROSSI, Miriam P. (org.). *Trabalho de campo e subjetividade*. Florianópolis: Programa

de Pós-graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de Santa Catarina, 1992. pp. 7-18.

GUPTA, Akhil; FERGUSON, James. "Discipline and practice: 'The field' as site, method, and location in anthropology". In: *Anthropological locations: Boundaries and grounds of a field science*. Berkeley: University of California Press, 1997. pp. 1-46.

HANDMAN, Marie-Elisabeth. *La violence et la ruse: hommes et femmes dans un village grec*. Aix-en-provence: Edisud, 1983.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, 5: 7-41, 1995 [1988].

KEHL, Maria Rita. "O desejo da realidade". In: NOVAES, Adauto (org.). *O desejo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. pp. 363-382.

KELLY LUCIANI, José A. Compte rendu "Kopenawa Davi et Bruce Albert, La chute du ciel: Parols d'un chaman yanomami". *Journal de la société des américanistes*, 97 (1): 339-357, 2011.

KLOß, Sinah Theres. Sexual(ized) harassment and ethnographical fieldwork: a silenced aspect of social research. *Ethnography*, 18 (3): 396-414, 2017.

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. *A queda do céu: palavras de um xamã yanomami*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

KULICK, Don. "Introduction. The sexual life of anthropologists: erotic subjectivity and ethnographic work". In: KULICK, Don; WILLSON, Margaret (orgs.). *Taboo: sex, identity, and erotic subjectivity in anthropological fieldwork*. London/New York: Routledge, 2005 [1995]. pp. 1-21.

KULICK, Don; WILLSON, Margaret. *Taboo: sex, identity, and erotic subjectivity in anthropological fieldwork*. London/New York: Routledge, 2005 [1995].

LANDES, Ruth. A woman anthropologist in Brazil. In: GOLDE, Petty. *Women in the field: anthropological experiences*. Berkeley, University of California Press: 1986. pp. 119-139.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *Tristes trópicos*. São Paulo, Companhia das Letras: 1996 [1955].

LOUREIRO, Thiago Niemeyer M. Dossiê Caribe. *Teoria e Cultura*, 9 (2): 2014.

MALINOWSKI, Bronislaw. Introdução: tema, método e objetivo desta pesquisa. In: *Argonautas do Pacífico Ocidental*. São Paulo, Abril Cultural: 1976 [1922]. pp. 17-34.

MEDEIROS, Flavia. Adversidades e lugares de fala na produção do conhecimento etnográfico com policiais civis. São Paulo: *Cadernos de Campo* 1 (26), 2017, 327-347.

MUDIMBE, Valentin-Yves. *A invenção de África: Gnose, filosofia e a ordem do conhecimento*. Mangualde / Luanda, Pedago / Mulemba: 2013 [1988].

MUDIMBE, Valentin-Yves. *A ideia de África*. Mangualde / Luanda, Pedago / Mulemba: 2013 [1994]

MUÑOZ, Marie-Claude; GARCIA, Afrânio. Les étudiants brésiliens en France (2000-2001). *Cahiers du Brésil Contemporain* 57/58-59/60: 107-128, 2004-2005.

NADER, Laura. Up the anthropologist: perspectives gained from studying up. In: HYMES, Dell (ed.). *Reinventing Anthropology*. New York, Pantheon: 1972. pp. 284-311.

NEIBURG, Federico. Entrando na conversa. In: NEIBURG, Federico (org.). *Conversas etnográficas haitianas*. Rio de Janeiro, Papéis Selvagens: 2019. pp. 13-24.

NOGUEIRA, Oracy. Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem. In: *Tanto preto quanto branco: Estudos de relações raciais*. São Paulo, T.A. Queiroz: 1985 [1954]. pp. 57-93.

PEIRANO, Mariza. A antropologia no Brasil (alteridade contextualizada). In: MICELI, Sérgio (org.). *O que ler na ciência social brasileira (1970-1995): Antropologia*. São Paulo, Sumaré/ANPOCS: 1999. pp. 225-266.

PEIRANO, Mariza. A história que me orienta. In: SCOTT, Parry; CAMPOS, Roberta Bivar; PEREIRA, Fabiana (orgs.). *Rumos da antropologia no Brasil e no mundo: Geopolíticas disciplinares*. Recife, EdUFPE / ABA: 2014. pp. 15-34.

PEREIRA, Luena Nunes. Identidades racial e religiosa em Angola e no Brasil: Reflexões a partir da experiência de campo em Luanda. In: DULLEY, Iracema; JARDIM, Marta (orgs.). *Antropologia em trânsito: Reflexões sobre deslocamento e comparação*. São Paulo, Annablume: 2013. pp. 59-89.

PIRES, Rogério Brittes W. *A mása gádu koñdë: Morte, espíritos e rituais funerários em uma aldeia saamaka cristã*. Tese em antropologia social, Museu Nacional, UFRJ. Rio de Janeiro, 2015.

PIRES, Rogério Brittes W.; CASTRO, Carlos Gomes. Frazier e Herskovits na Bahia, tantas décadas depois. *Ayé: Revista de Antropologia*, [no prelo].

RAMOS, Alcida Rita. Por uma crítica indígena da razão antropológica. *Série Antropologia*, 455, 2016.

REESINK, Mísia & CAMPOS, Roberta Bivar. A geopolítica da antropologia no Brasil: Ou como a província vem se submetendo ao Leito de Procusto. In: SCOTT, Parry; CAMPOS, Roberta Bivar; PEREIRA, Fabiana (orgs.). *Rumos da antropologia no Brasil e no mundo: Geopolíticas disciplinares*. Recife, EdUFPE / ABA: 2014. pp. 55-81.

RIBEIRO, Gustavo Lins. Que internacionalização da antropologia queremos? In: SIMIÃO, Daniel S.; FELDMAN-BIANCO, Bela (orgs.). *O Campo da antropologia no Brasil: Retrospectiva, alcances e desafios*. Rio de Janeiro, ABA: 2018. pp. 105-130.

ROSA, Marcelo C. A África, o Sul e as ciências sociais brasileiras: Descolonização e abertura. *Revista Sociedade e Estado* 30 (2): 313-323, 2015.

SEYFERTH, Giralda. O papel do financiamento e da avaliação na constituição do campo disciplinar. In: TRAJANO FILHO, Wilson; LINS RIBEIRO, Gustavo (orgs.). *O campo da antropologia no Brasil*. Rio de Janeiro: Contracapa / ABA: 2004. pp. 93-116.

SIGAUD, Lygia; NEIBURG, Federico; L'ESTOILE, Benoît de (orgs.). *Empires, nations, and natives: Anthropology and State-making*. Durham, Duke University Press: 2005 [2002].

SILVA, Hélio. A situação etnográfica: andar e ver. Porto Alegre: *Horizontes Antropológicos*. 15 (32): 171-188, 2009.

SILVA, Kelly C. O poder do campo e o seu campo de poder. In: BONETTI, Aline; FLEISCHER, Soraya (orgs.) *Entre saias justas e jogos de cintura: gênero e etnografia na antropologia brasileira recente*. Florianópolis / Santa Cruz do Sul, UNISC / Editora Mulheres: 2007. pp. 168-186.

SPIVAK, Gayatri. *Pode o subalterno falar?*. Belo Horizonte, UFMG: 2010 [1988].

STOCKING Jr., George W. Afterword: A view from the center. *Ethnos* 47 (1): 172-86, 1982.

STRATHERN, Marilyn. Not a field diary: 'Anthropology at home' - with the Association of Social Anthropologists. *Anthropology Today* 1 (3): 25-26, 1985.

STRATHERN, Marilyn. *O gênero da dádiva*. Campinas, Unicamp: 2006 [1988].

STRATHERN, Marilyn. Os limites da autoantropologia, In: *O efeito etnográfico – e outros ensaios*. São Paulo, Cosac Naify: 2014 [1987]. pp. 134-157.

de THEIJE, Marjo. Insegurança próspera: As vidas dos migrantes brasileiros no Suriname. *Revista Antropológicas* 18 (1): 71-93, 2007.

TROUILLOT, Michel-Rolph. A região do Caribe: Uma fronteira aberta na teoria antropológica. *Afro-Ásia* 58: 189-232, 2018 [1992].

VELHO, Gilberto (org.). Quatro viagens: Antropólogos brasileiros no exterior. *Comunicações do PPGAS*, 6: 1995.